2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura
Ata da 63.^a Sessão Ordinária, em 5 de agosto de 1960

Presidência do sr. deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. deputados Nicanor de Vasconcellos e Miguel Dinizo.

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Nicanor de Vasconcellos, Arthur de Souza, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Amadeu Puppi, Emilio Carazzai, Ernesto Moro, Dino Veiga, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Elio Duarte Dias, Jorge Maia, Jorge Nassar, José Hoffmann, João Simões, Raphael Kulinsky, Mário de Barros, Alvaro Dirceo Viana, Nêo Martins, Miguel Dinizo, Nilson Ribas, Renato Bueno, Vidal Vanhoni, Ruy Gândara e Waldemar Daros (29); achando-se ausente, os seguintes srs. deputados: Aníbal Curi, Ambrosio Choma, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Nivaldo Gomes, João Cernicchiaro, Haroldo Leon Péres, Joaquim Néia, Libânio Cardoso, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário Faraco Sady de Brito, Léo de Almeida Neves, Vargas de Oliveira e Waldemiro Haneiko (15).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O,

passando o sr. 2.^o Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

— Do sr. Deputado Renato Bueno, presidente da Comissão de Redação, encaminhando à Mesa, devidamente relatada a Redação Final do Projeto de Lei n.^o 794-59. — Ao sr. Diretor dos Serviços Legislativos.

REQUERIMENTOS:

— Do sr. deputado Paulo de Camargo, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.^{os} 18-60, 65-60 e 208-60.

— Do sr. deputado Renato Bueno, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.^{os} 3-60 e 36-60.

— Do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.^o 971-58.

— Do sr. deputado Raphael Kulinsky, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.^o 381-60.

— Do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.^o 257-60.

— Do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.^o 150-60.

— Do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.^o 261-60.

— Do sr. deputado Elio Dias, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.^o 441-60.

—Do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.^{os} 334-59, 426-59 e 462-59.

— Do sr. deputado Néo Martins, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 480-60.

— Do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando a retirada da Ordem do Dia, da Proposição nº 25-/59.

— Do sr. deputado Elio Dias, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 773-57.

— Do sr. deputado Miguel Dinizo, solicitando dispensa de Redação Final, para todos os projetos de lei aprovados hoje, em 3ª discussão e que, no decurso de sua discussão não tenham sofrido emendas.

— Do sr. deputado Mário de Barros, solicitando que a Emenda de autoria do sr. deputado José Hoffmann seja autuada constituindo projeto à parte.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Aos Médicos, Engenheiros, Dentistas, Veterinários e Farmacêuticos integrantes do Quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná, em suas especialidades, ficam assegurados os direitos da Lei nº 3-60.

Art. 2º — Aos funcionários portadores de diploma de Curso Superior de Química (Bromatologistas, Peritos Criminalísticos, Técnicos de Laboratório) e Economistas, ocupantes efetivos de cargos de carreira e isolados, das classes “Q”, “R”, “S” e “T”, da Tabela III da Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, ficam assegurados os direitos de percepção de vencimentos equivalentes, aos de Promotores Públicos de 1a., 2a., 3a. e 4a. entrância, respectivamente.

Art. 3º — São extensivos os benefícios da presente Lei e os da Lei nº 3-60, no seu art. 1º, aos inativos classes “Q”, “R”, “S” e “T”, portadores de Diplomas de Nível Universitário.

Art. 4º — São igualmente extensivos os benefícios da Lei nº 3-60 e o artigo 1º da presente Lei aos Diretores Padrão “V”, “Y” e “X”, portadores de Diplomas de Nível Universitário, quer sejam cargos efetivos ou em comissão.

Art. 5º — Os títulos dos servidores e inativos atingidos pela presente Lei serão apostilados pela autoridade competente e registrados na Diretoria da Despesa Fixa da Secretaria da Fazenda, independente de requerimento.

Art. 6º — As despesas com a execução da presente Lei correrão pela verba própria do orçamento em vigor.

Art. 7º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1960.

(a) Néo Martins.

JUSTIFICACAO: — Considerando que os Oficiais, Médicos, Engenheiros, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários exercem as suas especialidades,

— Considerando que os Médicos, Engenheiros, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários do Quadro do Funcionalismo Civil do Estado percebem os vencimentos de Promotores de 1a., 2a., 3a., e 4a. entrância;

— Considerando que a Constituição Federal no seu artigo 157, Item II diz: — “Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho... e no seu parágrafo unico do mesmo artigo diz: “Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios;

— Considerando que a desigualdade de vencimentos entre os Oficiais e os demais funcionários de mesmo nível é evidente e humilhante;

— Considerando ainda que a Lei 3-60, não amparando os direitos des-

tes Oficiais Especialistas vem contra os preceitos constitucionais já ali mencionados;

— Considerando que os Oficiais Especialistas de nível universitário, terão por um lado, que perceber vencimentos equivalentes ao posto militar em que exerce a sua função, sugiro que, equiparados aos Promotores, sejam classificados, para efeito de vencimentos, os Oficiais de nível universitário, da seguinte forma:

1º e 2º Tenentes, em promotores de primeira entrância;

Capitães, em promotores de segundo entrância;

Majores, em promotores de terceira entrância;

Tenentes Coronéis e Coronéis em promotores de quarta entrância, percebendo os vencimentos que lhe assegura o posto que exerce e mais a diferença entre este e a equiparação que se propõe, como uma ETAPA DE ESPECIALIDADE, preservando, assim, a hierarquia militar a que estão sujeitos;

— Considerando, ainda, que os demais funcionários beneficiados pelo presente projeto de Lei se acham inferiorizados perante os demais servidores do Estado de nível universitário, visto exercerem igualmente cargos técnicos, de alta responsabilidade, torna-se racional e dignificante que os mesmos percebam vencimentos a altura de suas funções; e, estamos certos de que assim procedendo, estaremos agindo com justiça para com a classe.

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica revogada a alínea b), do item 151, do Capítulo XVI, da Tabela a que se refere o Artigo 1º, da Lei nº 3501, de 28 de Dezembro de 1957.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de Agosto de 1960.

(a) Dirceu Vianna.

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar o Grupo Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia, "Grupo Escolar Antonio Teixeira".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Pedro Libertí.

JUSTIFICATIVA: — Tendo o Sr. Antonio Teixeira sido funcionário da Prefeitura Municipal muitos anos, e tendo sua filha Maria do Carmo Teixeira como professora estadual há mais de 28 anos e Inspetora das Escolas Isoladas do Município há mais de 10 anos, nada mais justo do que prestar-lhe esta homenagem, dando ao Grupo Escolar daquela localidade, o seu valeroso nome.

Conto pois com a aprovação dos meus nobres pares para o Projeto aqui apresentado, bem como sugerindo ao Governo do Estado, baixar decreto nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Há meses foi votada na Câmara Federal, a reclassificação do funcionalismo civil da União. Mais tarde, foi votado e aprovado aumento de vencimentos dos militares da União.

Ainda há pouco foi apresentado um projeto, também na esfera federal, aumentando os vencimentos dos funcionários civis da União em mais 50%.

Esta Casa, tem apreciado projeto de lei de autoria do nobre sr. deputado Agostinho Rodrigues, de aumento de vencimentos dos funcionários do Estado que, na Comissão de Constituição e Justiça, sofreu substitutivo de comum acôrdo com o autor do projeto. E esse substitutivo tem sido objeto de mais alto interêsse do funcionalismo, que premido pelas circunstâncias naturais do encarecimento de vida, vê no aumento dos seus vencimentos uma forma de poder não viver na largueza, mas pelo menos de suprir, temporariamente, as dificuldades porque passam seus familiares.

Hoje, o projeto que tem o número 193-60 está na Ordem do Dia para ser discutido e votado em 3.ª discussão. Segundo estou informado, foi apresentada e se encontra na Mesa, uma emenda a este projeto de autoria do nobre sr. deputado José Hoffmann, da ilustrada bancada do Partido Social Democrático. Essa emenda visa elevar de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 800,00 o salário família.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Pretende elevar de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 1.000,00 o salário família.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Retifico, a emenda de autoria do nobre sr. deputado José Hoffmann não pretende elevar o salário família de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 800,00, mas de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 1.000,00. Confesso que essa emenda, data vênia, parece-me que tem sentido de obstrução. De obstrução porque este projeto, na fase em que se encontra, seria liquidado de vez, não dando assim o pretendido aumento de vencimentos. Com a referida emenda, ele sofrerá uma prorrogação, e em vez de ser liquidado hoje, terá que voltar às comissões técnicas.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). A emenda que apresentei não tem sentido de obstrução. Se quisesse manifestar-me contra este projeto, argüiria sua inconstitucionalidade. V. Excia. bem sabe que planos de lei dessa natureza só podem ser oriundos do Poder Executivo. Além do mais...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. tem certeza

O sr. José Hoffmann — ... o referido projeto não indica o recurso para fazer face às despesas. V. Excia. diz que é com sentido de obstrução, não regimental minha iniciativa...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Interrompendo o brilhante aparte de V. Excia. pergunto: V. Excia. indica recurso na emenda que apresentou?

O sr. José Hoffmann — Não.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Ah, não? Não indicou recurso?

O sr. José Hoffmann — Não.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Como V. Excia. apresentou uma emenda que não tem recurso, não tem também autoridade para alegar que o projeto é inconstitucional. V. Excia. igualmente apresentou uma emenda que não indica recurso. Portanto, não aceito a alegação sob este aspecto, sob este prisma.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Pergunto a V. Excia. se pode transitar nesta Casa projeto que aumenta despesas sem que o recurso seja indicado? Pergunto a V. Excia!

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — A bancada de V. Excia., acredito eu, que na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, não opôs reparos que V. Excia. está apresentando aqui no plenário.

O sr. José Hoffmann — Estou apenas argumentando. Eu quis. ...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Argumentando com a finalidade de retardar o aumento de vencimento do funcionalismo.

O sr. José Hoffmann — Retirar por quê? A Comissão de Orçamento pode se reunir de imediato e dar seu parecer. Aliás, a Comissão de Finanças é presidida por um ilustre correligionário de V. Excia. Ele pode convocá-la extraordinariamente e dar o parecer e assim o retardamento não será muito prolongado. Logo, não há obstrução. Eu me bato é pela elevação do salário família, porque em outros estados, como São Paulo, por exem-

plo, o salário família é de mil cruzeiros e aqui no Paraná também deverá ser.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Mas, vou provar a V. Excia. que V. Excia. não deseja isto que está alegando.

O sr. Pedro Liberti — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Para colaborar com V. Excia. quero dizer da existência na Casa de um Projeto de lei de autoria do nobre deputado...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. tirou-me a resposta que eu queria dar ao deputado José Hoffmann...

O sr. Pedro Liberti — ... Pensei que V. Excia. não tinha conhecimento.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Vou completar o raciocínio de V. Excia., que era o meu. Agradeço a sua gentileza. O nobre sr. deputado José Hoffmann está desejando obstruir a aprovação hoje do aumento de vencimentos do funcionalismo público do Estado, porque, por quê? Porque existe um projeto nesta Casa, e se não me falha a memória, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, e é de autoria do sr. deputado Elío Duarte Dias, aumentando o salário família dos funcionários públicos do Estado, para um mil cruzeiros.

O sr. Arthur de Souza — Gostaria de apartear V. Excia. para dizer que o deputado sr. José Hoffmann, que tem se mostrado tão amigo do funcionalismo, desconhecia, acredito eu, a tramitação deste outro projeto. Eu tenho a certeza, face a afirmação de V. Excia. ele retirará sua emenda. É o apêlo que lhe faço.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não há dúvida. Mas, o nobre sr. deputado José Hoffmann que agora tem conhecimento de causa, de que tramita nesta Casa um projeto de lei aumentando o salário família dos funcionários públicos do Estado, para um mil cruzeiros, se ele não deseja obstruir a marcha deste projeto de aumento de vencimentos, não tenho dúvidas nenhuma que poderia provar a sua boa vontade, a sua boa intenção, retirando a sua emenda, para que nós, da Assembléia Legislativa, procurando dar ao funcionalismo do nosso Estado, aquilo que está sendo dado aos funcionários públicos da União o façamos hoje mesmo como medida de justiça.

O sr. José Hoffmann — Eu ignorava a existência desse projeto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Acredito.

O sr. José Hoffmann — Mas, estou admirado a falta de zelo, do mesmo zelo que V. Excia. está demonstrando agora, para que este projeto estivesse também na Ordem do Dia, o que eu acho de bom aviso que a minha emenda seja aprovada conjuntamente com o projeto em causa. Era o aparte.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Então V. Excia. não retirará a sua emenda?

O sr. José Hoffmann — Não. Não retirarei a minha emenda.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia., sabedor que é, de que tramita nesta Casa um projeto que vem de encontro ao desejo de V. Excia. um projeto que vem de encontro ao desejo de V. Excia. não quer a aprovação, assim mesmo, do projeto de aumento do funcionalismo público do Estado, que seja aprovado no dia de hoje. Estou satisfeito com os apartes brilhantes de V. Excia., e, mais, de alta colaboração ao meu modesto discurso em favor do funcionalismo público do Estado.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. primeiro faz uma acusação querendo me jogar contra o funcionalismo público...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Absolutamente, não quis fazer isso porque até fiz um apêlo para que V. Excia. retirasse a emenda de sua autoria para que assim ficasse provada a sua boa intenção, e não a sua má vontade.

O Sr. José Hoffmann — ...e depois de querer jogar-me contra o funcionalismo público quero defender-me dizer que não estou sendo levado por caprichos pessoais. Entendo que minha emenda é oportuna, e que ne-

nhum mal fará que o projeto seja aprovado segunda ou terça-feira, com o salário família. Por essa razão, não retiro minha emenda.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. deseja é retardar o andamento e a aprovação do projeto de aumento dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado.

E tanto assim o deseja que alegou, há pouco, que o projeto de autoria do sr. deputado Agostinho Rodrigues, com emenda substitutiva do sr. deputado Joaquim Néia, é inconstitucional, e não posso admitir que V. Excia. apresente uma emenda e queira que essa emenda seja aprovada se V. Excia. está dando o voto contra o projeto por reconhecê-lo inconstitucional e contra os mandamentos da Constituição do Estado. Das duas, uma, ou V. Excia. realmente não deseja o aumento dos vencimentos do funcionalismo público, porque já taxou de inconstitucional o projeto, mas apesar disso colabora na inconstitucionalidade porque apresentou uma emenda, mas não quer retirar essa emenda apesar de saber que tramita nesta Casa projeto que vai dar um salário família que V. Excia. deseja aos funcionários públicos. Não entendo, francamente, o raciocínio de V. Excia...

O sr. José Hoffmann — O projeto é inconstitucional, a despeito disso, e porque sou pela melhoria dos vencimentos do funcionalismo público e como o projeto não foi de minha iniciativa, mas porque sou favorável ao aumento dos vencimentos, é que apresentei a emenda, sem indicar recursos.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Mas por que V. Excia. não quer que hoje seja aprovado o projeto de aumento dos vencimentos, e procura retardar essa aprovação, se V. Excia. acha justa

Não sou advinho, não lido com magias e não posso compreender, conseqüentemente, o raciocínio contraditório de V. Excia. Mas o sr. deputado José Hoffmann alegou ser o projeto inconstitucional. S. Excia., acredito eu, não tem autoridade para alegar essa inconstitucionalidade porque S. Excia. pertence à bancada do Governo do Estado, e não pode ignorar que esse mesmo Governo aumentou os vencimentos dos Desembargadores do Estado por um projeto eivado dos defeitos alegados pelo sr. deputado José Hoffmann porque foi um projeto apresentado por um Deputado nesta Casa, e que foi sancionado pelo sr. Governador do Estado. Ora, se o Governo do Estado no aumento dos vencimentos daquêles que recebem do Tesouro do Estado sancionou um projeto contrário à fórmula do prescrito na Constituição do Estado, reconheço eu que a bancada do Governo, o sr. Governador do Estado, daquela data em diante passaram a não ter mais autoridade para alegar essa inconstitucionalidade. Será que só há inconstitucionalidade quando se trata de vencimentos dos pequenos? Daquêles que ganham pouco, que é o funcionalismo público de ordem administrativa. Aquêles coitados que ganha 4, 5 ou 6 mil cruzeiros e não aquêles que ganha 30, 40, 50 ou 60 mil cruzeiros? Perderam, sr. Presidente, tanto o Governo do Estado, como a bancada do Governo nesta Casa, a autoridade para alegar a inconstitucionalidade desse projeto. Porque o sr. Governador do Estado, nesta Legislativa, sancionou um projeto de autoria de um Deputado nas condições do deputado Agostinho Rodrigues e sancionou esse projeto e os magistrados, justiceiramente, passaram a receber mais. Porque não hão também, sr. Presidente, os pequenos funcionários do Estado do Paraná, de ter igualdade de condições, com aquêles outros que ganham, não digo o suficiente, mas que ganham dezenas de vêzes mais do que esses funcionários que desejam ver hoje os seus vencimentos aumentados.

O sr. Pedro Liberti — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Queria dizer a V. Excia., que ainda se pode argumentar muito mais com o seguinte: onde a autoridade moral do governo ou da bancada do governo nesta Casa, ao falar de inconstitucionalidade, quando Governo do Estado nomeou para Secretarias de Estado e Departamentos de Estado, advogados com vencimentos superiores a outros que estão prestando serviço há

mais de 20 anos, Se essas nomeações existem, os cargos foram criados, cargos que exigem verba para pagamento, assim centenas e milhares de outros funcionários, tarefeiros, contratados, com serviços até dezembro, exclusivamente com finalidades políticas e nomeando centenas e milhares de funcionários públicos contratados para exercerem determinadas funções em Departamentos e Secretarias de Estado, como professores etc. E eu pergunto, então, ao Governo do Estado, o que V. Excia. muito bem, com a inteligência e a argumentação que lhe é peculiar, já perguntou, se o governo do Estado também indicou recursos para pagamento dessas nomeações que vêm sobrecarregar o Tesouro, onerar o Estado? E, no entanto, nega agora o aumento do funcionalismo, principalmente dos barnabés que tanto precisam, porque o que eles ganham hoje não dá para pagar aluguel de casa.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). V. Excia. está repisando muito o aspecto inconstitucional do projeto. Parece que V. Excia. está querendo levar o assunto para tomar uma atitude contrária ao projeto. Estou dizendo...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Absolutamente, estou contrariando a afirmativa de V. Excia.

O sr. José Hoffmann — ... que diz uma alusão para mostrar que não estamos contra o projeto. Eu, pelo menos, mesmo que seja inconstitucional.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Mas se V. Excia. não está contra o projeto, por que não retira a emenda?

O sr. José Hoffmann — Uma vez que o Chefe do Executivo, à semelhança do que já ocorreu com relação a outras proposições, sancionar esse projeto, éie sana qualquer inconstitucionalidade. Ademais, não estamos nos batendo contra o aumento, mas por um aumento melhor ainda, no sentido de serem melhor aquinhoados os chefes de família numerosa. V. Excia. está usando uma argumentação como se eu fosse contra o projeto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não, não alego isto, apenas alego que nem o sr. governador do Estado, nem a bancada do Governo para este caso precipuo, de aumento dos vencimentos do funcionalismo publico, para este projeto, tem autoridade para alegar a sua inconstitucionalidade, porque foi aberto um precedente. Precedente este para com aquêles funcionários que ganham vencimentos altos e que eu até reputo que não estão ainda a altura das suas funções.

O sr. Antonio Rüppel — V. Excia. me permite um aparte?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Pois não.

O sr. Antonio Rüppel — Queria acrescentar que o substitutivo do Governo e da bancada do Governo é realmente dar um salário condigno para o nosso funcionalismo publico. Nós daremos então uma nova oportunidade à bancada do Governo, porque o projeto de autoria do sr. deputado Elio Dias, além de aumentar o salário familia para Cr\$ 1.000,00, cria o salário esposa para Cr\$ 1.000,00. Então a Assembléia trará este Projeto para ser votado e o nobre Deputado que quer colaborar, retirará a sua emenda.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Foi o apêlo que o nobre deputado Arthur de Souza fez ao sr. deputado José Hoffmann, reforçado pelo meu apêlo também. Mas, poderemos também, sr. deputado José Hoffmann, fazer um acôrdo: pôr na Ordem do Dia já na próxima sessão o Projeto de autoria do sr. deputado Elio Dias aumentando o salário familia para Cr\$ 1.000,00 em identidade com o de V. Excia. E mais ainda, que dá um novo solário. O salário esposa para os próprios funcionários publicos. De sorte que se V. Excia. de sã consciência, o que eu acredito, deseja, é apenas colaborar com o funcionalismo publico do Estado, só tem um caminho: é o de retirar a sua emenda.

O sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. me concede um aparte?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Com prazer.

O sr. Nicanor Vasconcellos — Nobre deputado, V. Excia. sabe que sou favorável ao aumento de vencimentos do funcionalismo publico civil e mi-

litar do Estado, mas, quero apenas chamar a atenção de V. Excia. para uma particularidade, sem tomar partido. O meu partido é de votar favoravelmente o aumento, mas, nessa discussão que V. Excia. tem com o nobre deputado José Hoffmann, não tomo partido, apenas quero dizer...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. note que eu não estava em discussão. Era S. Excia. o nobre deputado José Hoffmann...

O sr. Nicanor Vasconcellos — A ordem dos fatores não altera o produto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Mas, neste caso altera.

O sr. Nicanor Vasconcellos — O que pretendo neste caso, o que pediria a V. Excia é estender o apoio ao nobre deputado Élio Dias do Partido Trabalhista Brasileiro porque, há pouco, secretariando os nossos trabalhos, vi na Mesa uma emenda ao Projeto 193-60 de autoria do sr. deputado Élio Dias...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Aqui está a nossa intenção, aqui não é bancada...

O sr. Nicanor Vasconcellos — Não há dúvida. Não fiz esta referência com outro sentido.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não é obtenção de votos, é o desejo próprio...

O sr. Nicanor Vasconcellos — Não há dúvida.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Positivamente, é ir ao encontro daqueles que realmente ganham pouco. Não ganham o suficiente para viver e vem o Sr. governador do Estado, diariamente, nomeando centenas de funcionários públicos, acrescentando de onus o tesouro do Estado e tirando daqueles que há anos vêm trabalhando e que as suas cozinhas não são suficientemente...

O Sr. Nicanor Vasconcellos — Mas, estou de acôrdo com V. Excia.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Para satisfação dos interesses familiares...

O Sr. Nicanor Vasconcellos — Se V. Excia. me permite. Estou de pleno acôrdo com V. Excia.. Apenas acho que o acôrdo deve ser estendido ao deputado Élio Dias.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Vamos separar o joio do trigo. Vou estender o apêlo que fazem ao deputado José Hoffmann para que o deputado Élio Dias retire a sua emenda facilitando a aprovação hoje, dos vencimentos dos funcionários civis e militares do Estado do Paraná.

O Sr. Élio Dias — V. Excia. me concede um aparte? (Assentimento). Quero levar ao conhecimento do nobre deputado que não precisa fazer este apêlo à minha pessoa porque já retirei a emenda. Se é por causa disso, vamos votar o Projeto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Se é por causa da atuação do nobre deputado Élio Dias, votaremos hoje o Projeto porque S. Excia. já retirou a sua emenda. Só cabe agora ao nobre deputado José Hoffmann.

O Sr. Nicanor Vasconcellos — Este problema não é meu.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não estou mencionando o nome de V. Excia., mas sim o do deputado José Hoffmann.

O Sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Eu acho que o aumento que se vai dar ao funcionalismo público civil e militar do Estado é um aumento fictício, porque já tive conhecimento ontem, através de pessoas amigas, de que este comércio que por aí está desonesto e que não se atém, como se atinham os antigos comerciantes a um lucro de 10, 20, 30%, já está pensando em aumentar o custo dos gêneros de primeira necessidade, inclusive o da carne. Alegam eles que no Rio Grande do Sul está a um preço e como vem o aumento do funcionalismo público o preço da carne aqui em Curitiba deverá ser elevado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Agradeço o aparte de colaboração de

V. Excia.. E foi extraordinária a colaboração de V. Excia. pois fez com que o nobre deputado Élio Dias retirasse a sua emenda.

O Sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. tem conhecimento que todos os dias tenho requerido preferência para a votação deste projeto, com exceção de hoje.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — De sorte que, nobre deputado José Hoffmann...

O Sr. Élio Dias — Eu já havia retirado a emenda.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — ...aqui vai o apêlo não da bancada do Partido Trabalhista Brasileira, não do deputado Antonio Annibelli, mas de um homem público apenas que não deseja votos nem para si e nem para o seu candidato ao Governo do Estado, mas que deseja que o funcionalismo público civil e militar do Estado do Paraná por todos nós, pela bancada do Partido Social Democrático, pela bancada do Partido Republicano, pela bancada da União Democrática Nacional, pela bancada do Partido Democrata Cristão, pela bancada do Partido Social Progressista, pela nossa bancada, pela bancada do Partido de Representação Popular, enfim por todas as bancadas desta Casa, com espirito público, sem essa mesquinhez vergonhosa e ridícula de se querer ganhar votos. Não, vamos agir com espirito público, com a intenção nobre e elevada do meu partido, mas por meio de todas as bancadas da Assembléia, todos nós juntos, dar o aumento de vencimentos que eles merecem, porque seus semelhantes, os funcionários da União e de outros Estados, conforme temos conhecimento, foram aumentados em seus vencimentos. Por que o Paraná, não pode dar esse aumento de vencimentos hoje para o funcionalismo que vê a sua renda acrescida dia para dia? Vê o Governo do Estado nomear, diariamente, dezenas de funcionários e por que não há de ter recursos para dar o aumento de vencimentos para o funcionalismo público?

Não há dúvida que a emenda de V. Excia. é justa. É justa mas que aplicada a este caso de hoje só trará prejuizos áqueles que necessitam ver seus vencimentos aumentados. Nós hoje poderíamos votar o projeto de aumento de vencimentos e a exemplo deste, em seguida, votarmos mais estes dois salários — aumento do salário familia e este outro que se pretende o salário espôsa do funcionário público.

Sr. Presidente, não viemos aqui fazer demagogia. Como representante da bancada trabalhista, nesta Casa, iniciei meu discurso mencionando o nome respeitado do nobre deputado Agostinho Rodrigues que pertence a outra bancada e que tem candidato próprio ao Governo do Estado. As honras não seriam nossas, seriam daquele que teve a iniciativa, que é o nobre deputado Agostinho Rodrigues. O que desejamos é que, com espirito público, todos nós juntos, tenhamos um só desejo que é o de dar, hoje, o aumento de vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado.

A emenda do nobre deputado José Hoffmann continuará sendo, para nós, de obstrução se S. Excia. não retirar a sua emenda depois de comprovado de que tramita nesta Casa um projeto dando aquilo que o nobre deputado quer dar aos funcionários e mais o salário esposa. Acredito, veementemente no espirito público do nobre deputado José Hoffmann. Não vim para a minha tribuna para apedrejar ninguém. Não vim para a minha tribuna para atacar ninguém; vim, apenas, sr. Presidente argumentar com o raciocínio que eu tenho, para dizer que se o nobre deputado José Hoffmann não retirar a sua emenda, que não se justifica nessa instante, aí sim. Aí sim, sr. Presidente, a emenda de S. Excia. será exclusivamente de obstrução para que o aumento de vencimentos do funcionalismo público, não saia hoje. E, tanto era este o meu desejo, de que tomei conhecimento na minha tribuna que S. Excia. ignorava a existência desse projeto.

O Sr. José Hoffmann — V. Excia. me faz um apêlo tão veemente como se eu fora contra o aumento do funcionalismo público. Repito que não sou contra. Mas V. Excia. me faz um apelo para retirar a minha emenda e eu

faço de contrapartida um outro: No sentido de serem convocados os illustres deputados, componentes da Comissão de Finanças, aliás presidida pelo illustre deputado Mário de Barros, no sentido de que reúna com a máxima urgência, a Comissão de Finanças, para que dê parecer sobre a minha emenda. Isto poderá ser feito dentro de 48 horas e, na próxima segunda ou terça-feira, aprovaremos o projeto e eu darei o meu voto favorável.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Então V. Excia. não retira a sua emenda?

O Sr. José Hoffmann — Eu não retiro a minha emenda, porque tenho receio de que o projeto de lei de autoria do deputado Élio Dias demore muito para entrar na Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Faremos aqui uma combinação...

O Sr. José Hoffmann — Eu me bato é pelo salário família. Dentro de 24 ou 48 horas, o projeto poderá voltar com o parecer da Comissão de Finanças, para a Ordem do Dia e então aprovaremos o projeto em sua totalidade.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — O nobre sr. deputado José Hoffmann não tem o espírito público que eu tenho. Porque eu vim aqui para elogiar a iniciativa do sr. deputado Agostinho Rodrigues, pertencente à uma outra bancada; tem um candidato à governança do Estado que não o candidato do meu partido. E, o nobre deputado José Hoffmann faz questão absoluta, tem tanto amor à funcionalismo, amor que é capaz de matá-lo hoje, é o tal "amor de mula". Ama tanto, quer tão bem que chega a obstruir e não deixa ser aprovado hoje o aumento de seus vencimentos.

O Sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). É uma proposta como outra qualquer. E, todo negócio admite uma proposta e uma contra proposta. E a proposta do deputado José Hoffmann é que a Comissão de Finanças se reúna imediatamente em convocação extraordinária, o que pode ser feito hoje mesmo, mas, só não pode ser votado hoje o projeto de aumento.

O Sr. José Hoffmann — Votaremos o projeto segunda-feira.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. está atrasando o aumento do funcionalismo.

O Sr. José Hoffmann — Parece que é um complexo de V. Excia. em querer aprovar o projeto hoje.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não é complexo, porque o projeto não é de minha autoria e nem da autoria da minha bancada. Não interesse candidato a governo do estado. Não me interessa nada, a não ser o aumento do funcionalismo público do Estado e V. Excia. não o deseja, não o quer hoje. De sorte que, sr. Presidente, é lastimável, é profundamente lastimável, que se obstrua como se está obstruindo, o projeto que dá aumento de vencimentos aos funcionários civis e militares do Estado do Paraná, com uma emenda que sobe para cima e com uma emenda que desce para baixo, porque é igual a um outro projeto que está tramitando nesta Casa, que dá mais, ainda, o salário esposa, que o sr. Deputado não se lembrou dela. De sorte que o funcionalismo público do Estado do Paraná saiba que não é a bancada do PTB, que não é o deputado Antônio Annibelli, mas, sim, os Deputados que têm espírito público que não trazem neste instante legenda de partido de espécie alguma, porque não querem explorar, não são demagogos, não querem explorar a necessidade alheia, o direito alheio, que é o de ter os seus vencimentos aumentados à base de uma política de vésperas de eleições. Não, aqui não se tem legenda, neste instante, e não se tem nome; têm-se espírito público, trata-se de mais alto interesse de uma coletividade do nosso Estado, que vive amassando com as suas mãos aquilo que o diabo tem amassado com os pés.

Nós entendemos que se o Estado do Paraná pode estar nomeando centenas de funcionários públicos, onerando profundamente o Tesouro do nosso Estado, porque não pode dar aumento de vencimentos àquêles que vivem ex-

clusivamente do que ganham do Estado prestando seus serviços públicos?

O Sr. Agostinho Rodrigues — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Antônio Annibelli, o projeto, apesar de ser de minha autoria não me pertence, porque é dele de todos os srs. Deputados desta Casa.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Diz bem V. Excia., porque V. Excia. tem espirito público, também Porisso que os funcionários públicos do Paraná saibam que hoje não vai ser aumentado em seus vencimentos porque o sr. deputado José Hoffmann da bancada do Partido Social Democrático, assim não o quer, assim não o deseja. Alegou S. Excia., inicialmente, uma inconstitucionalidade, que não tinha autoridade moral para fazê-lo, porque o sr. Governador aumentou ainda há um pouco mais de um ano os vencimentos do Judiciário, nas mesmas condições do projeto sub-júdice, e de autoria do sr. deputado Agostinho Rodrigues.

O sr. Agostinho Rodrigues — Nobre Deputado, conforme V. Excia. já argumentou de sua tribuna, essa dita inconstitucionalidade do projeto já está ultrapassada, dados os precedentes que o próprio sr. Governador do Estado já abriu durante os cinco anos de seu Governo porque, como V. Excia. bem o disse, no ano passado, um projeto de autoria de um dos srs. Deputados desta Casa foi aprovado por S. Excia., sem restrições. E quanto aos recursos financeiros, o Sr. Governador do Estado disse aqui nesta Casa, no dia 1.º de Maio, que o superavit era de mais de oitocentos milhões de cruzeiros.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Porisso está aumentando o numero de funcionários públicos em vésperas de eleições.

O sr. Arthur de Souza — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Decejo corroborar com o discurso de V. Excia., quero informar que o sr. deputado Elío Dias está redigindo requerimento à Mesa para que o projeto de sua autoria, do salário esposa e salário familia, venham em regime de urgência, e sendo assim, esse projeto estará para ser votado segunda-feira, em Plenário, figurando na Ordem do Dia. De modo que a argumentação do sr. José Hoffmann não tem nenhuma razão de ser.

O Sr. Jorge Maia — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Estou escutando com bastante atenção a esse debate que vem movimentando a Casa. Auscultei bem a argumentação do sr. Deputado, com uma pretensão justa, aliás que todos nós reconhecemos e sabemos. Escutei, ainda, em sua brilhante argumentação, que V. Excia. não é adivinho, não trabalha com bruxarias...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não disse isso, disse que não lidava com magias. V. Excia. não confunda alhos com bugalhos.

O sr. Jorge Maia — Mas o que me admira o poder de V. Excia., em sendo adivinho, dizer que S. Excia. o sr. Governador do Estado não quer o aumento de S. Excia. ainda nem se pronunciou sobre o assunto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. ouviu cantar o galo, mas não sabe onde. Não aleguei aqui que o sr. Governador do Estado não quer o aumento. V. Excia. está dizendo uma heresia nesta Casa. Estou fazendo um apêlo ao sr. deputado José Hoffmann...

O sr. Jorge Maia — É o que estou escutando aqui.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Estou fazendo um apêlo ao deputado José Hoffmann para retirar sua emenda.

O sr. Jorge Maia — V. Excia. permite o aparte, ou corta o aparte?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Se V. Excia. vier em termos, permitirei, caso contrário, não.

O sr. Jorge Maia — Acho que estou dizendo aquilo que sinto

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. tem o direito de dizer que dois e dois são cinco. Mas não tem o direito de querer dizer que está certo.

O sr. Jorge Maia — V. Excia. tem afirmado aqui, trazendo o nome do sr. Governador...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não trouxe o nome de S. Excia. o sr. Governador, a não ser para dizer que nem ele tem autoridade moral para vetar esse projeto.

O sr. Jorge Maia — Mas, ninguém se pronunciou sobre isso e talvez não seja essa a intenção de S. Excia.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. está querendo levar a discussão para terreno diferente.

O sr. Jorge Maia — Acho que é um direito que assiste a qualquer Deputado, o de apresentar as emendas que julgar cabíveis. Já pedi a V. Excia. como é o almejo de todos, para que o projeto tenha rápido andamento, que o Presidente da Comissão de Finanças convoque uma reunião para hoje à noite, para apreciação do Projeto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — O nobre deputado Élio Dias está fazendo um requerimento para que o projeto venha à discussão segunda-feira. V. Excia. ignora, mas só de segunda-feira em diante, é que esse projeto poderá vir ser objeto de deliberação na Casa. Sr. Presidente, se só segunda-feira é que poderá vir a discussão, por que não aprovarmos agora o aumento de vencimentos, e deixar para segunda-feira, a discussão do projeto do deputado Élio Dias que pretende o aumento do salário família.

O sr. Jorge Maia — Quanto a intenção e a vontade, é um direito do Deputado. Não cabe a V. Excia., nem a ninguém, impedir. É a maneira de abreviar o projeto.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. está como aquele Prefeito que na sua campanha...

O sr. Jorge Maia — Poderão abreviar a discussão do Projeto, fazendo com que a Comissão se reúna hoje à noite.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — V. Excia. está identificado com aquele Prefeito, que dizia que na sua plataforma de governo, que ia tirar tôdas as subidas, deixando só as descidas.

O sr. Jorge Maia — V. Excia. antecipa as coisas. V. Excia. é adivinho aqui nesta cada.

O sr. José Hoffmann — V. Excia. dizia há pouco que, se o projeto em causa não fôsse aprovado hoje, era preciso que os funcionários públicos estaduais soubessem que não o foi por minha causa, que o funcionalismo não teve aumento por minha causa.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Não teve aumento hoje.

O sr. José Hoffmann — E por que hoje? Por que não poderá ser segunda-feira?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Bem, no entendimento de V. Excia. Quer dizer que está certo meu raciocínio. V. Excia. está retardando o andamento. Não adianta mais estarmos discutindo, porque V. Excia. quer retardar.

O sr. José Hoffmann — Retardar por dois dias não faz mal.

O sr. Antonio Ruppel — Queria levar ao conhecimento de V. Excia. que vou apresentar um requerimento à Casa, convocando uma sessão extraordinária para amanhã às 10 horas. Sei que existe número para que a Comissão se reúna e o Presidente tem a maior boa vontade, para que a Comissão aprecie a emenda do sr. deputado José Hoffmann.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Que tem ganas de ver sua emenda aprovada, embora retardando o aumento de vencimentos do funcionalismo público.

O sr. Antônio Ruppel — Os Deputados que estão presentes são suficientes para dar número.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — A vaidade é como a flôr que delicia os olhos, mas cujo aroma às vezes não faz bom efeito, no instante em que se aspira essa mesma flôr.

De sorte que, sr. Presidente, não adianta argumentar, não adianta mostrar e não adianta discutir com o sentido elevado de ver o aumento do fun-

cionalismo civil e militar do Estado aprovado hoje, porque S. Excia. o nome deputado José Hoffmann, da bancada do Partido Social Democrático não quer.

Nesta oportunidade, sr. Presidente...

O sr. Arthur de Souza — V. Excia. permite um aparte? **(Assentimento)** Quando V. Excia. vai encerrar seu brilhante raciocínio nesta Casa; quando o sr. deputado Antonio Ruppel faz tramitar um requerimento solicitando uma reunião extraordinária para amanhã, quando temos a certeza de que a Comissão de Finanças se reunirá com a maior boa vontade, para apreciar o requerimento do sr. deputado José Hoffmann, gostaria que V. Excia., que é quem tantos apelos nobres tem feito hoje de sua tribuna, apelasse ao sr. deputado José Hoffmann que tem tanto interesse em que a sua emenda seja aprovada, comparecesse à reunião extraordinária da Comissão, bem com a que se realizará amanhã, assim como a bancada do Governo, bem como todos estaremos aqui para que se vote o projeto do funcionalismo.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — Faço minhas as palavras do sr. deputado Arthur de Souza.

No entanto, quero deixar bem claro ao me retirar da tribuna, que a ocupei para defender os altos interesses do funcionalismo público civil e militar do Estado, sem trazer à legenda do Partido Trabalhista, sem trazer o desejo, a vontade de que com isso estaria carreando mais um ou milhares de votos. Não, sr. Presidente, o objetivo que nos trouxe à tribuna foi o espírito público, foi a necessidade do debate para que aqueles homens, os funcionários públicos, que empregam todo seu esforço, toda a sua dedicação em prol da coletividade paranaense, e que têm o seu direito de exigir de todos nós, sem legenda, sem partido, sem candidatos para serem votados, aquilo que lhes assiste pela devoção que têm de servir nosso Estado e nossos concidadãos.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à **ORDEM DO DIA**, com a presença de 30 srs. Deputados.

Há sobre a mesa projetos de lei, de autoria dos srs. deputados Pedro Liberti, Néo Martins e Alvaro Dirceo Vianna, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Miguel Dinizo, solicitando dispensa de redação final para todos os projetos de lei, aprovados hoje em 3.ª discussão, e que, no decurso de sua discussão não tenham sofrido emendas. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Élio Duarte Dias, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 787-57. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Proposição n.º 25-59. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Néo Martins, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 480-69. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando preferência de votação para diversos projetos de lei. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Paulo de Camargo, solicitando preferência de votação para diversos projetos de lei. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Renato Bueno, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 3-60 e 36-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando preferência para o Projeto de Lei n. 971-58. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Raphael Kuliski, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 381-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 257-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 150-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 261-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Elio Duarte Dias, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n. 441-60. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do sr. deputado Mário de Barros. — **Aprovado.**

O SR. RUY GANDARA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Procede à verificação). 15 srs. deputados aprovam Nenhum rejeita. Não há quorum.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 16 srs. Deputados. Não há número regimental para votação.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, para que se tome conhecimento de que o pedido de verificação feito pelo sr. deputado Ruy Gándara, que é genro do sr. governador do Estado, foi justamente para que o requerimento do sr. deputado Mário de Barros não fôsse aprovado. Este requerimento era de auxílio ao funcionalismo público civil e militar. Pedia transformação da emenda do sr. deputado José Hoffmann, em um projeto à parte. Aprovado requerimento, o sr. deputado Ruy Gándara, da bancada do Partido Social Democrático, chegado familiarmente ao atual sr. chefe do Poder Executivo, evitou que o mencionado requerimento fôsse aprovado. Por esta razão, pedi a palavra, para dizer ao sr. deputado Jorge Maia que Antonio Annibelli não é advinho. Antônio Annibelli viu claramente na emenda do sr. deputado José Hoffmann a intenção da bancada do Partido Social Democrático, afim de que não se votasse, não se aprovasse definitivamente o projeto que vem de encontro às mais lídimas, às mais altas, às mais justas aspirações do funcionalismo público civil e militar do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 8 à hora regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA

e mais

Redação final do Projeto de Lei n. 794-59;
1.ª discussão do Projeto de Lei n. 441-60.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÃO N.º 5/60

Data: 5 de Agosto de 1960

Súmula: Os padrões de vencimentos dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado passam a ter os valores mensais seguintes:
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os padrões alfabéticos dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado passam a ter os valores mensais seguintes:

I	Cr\$ 10.000,00
J	Cr\$ 10.500,00
K	Cr\$ 11.000,00
L	Cr\$ 11.400,00
M	Cr\$ 11.900,00
N	Cr\$ 12.600,00
O	Cr\$ 13.300,00
P	Cr\$ 13.900,00
Q	Cr\$ 14.500,00
R	Cr\$ 15.600,00
S	Cr\$ 16.700,00
T	Cr\$ 18.000,00
U	Cr\$ 19.200,00
V	Cr\$ 21.000,00
X	Cr\$ 22.400,00
Y	Cr\$ 23.400,00

Art. 2.º — Os vencimentos fixados pelo art. 22, da Resolução n.º 3/58, de 23 de Outubro de 1958, são acrescidos de 15% (quinze por cento).

Art. 3.º — Os vencimentos fixados pelo art. 23, da Resolução n.º 3/58, de 23 de Outubro de 1958, passam a corresponder a 9/10 (nove décimos) dos vencimentos atribuídos ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Art. 4.º — As despesas com a execução desta Resolução correrão à conta da Verba 001, consignação 8-00-0, do Orçamento do Estado.

Art. 5.º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de Agosto de 1960.

Guataçara Borba Carneiro
Presidente